



POLÍTICAS CULTURAIS E AÇÕES PÚBLICAS

Maria de Lourdes Netto Simões

Para a reflexão sobre as políticas culturais, tomarei como base de raciocínio a relação entre cultura e cidadania, através do desenvolvimento sustentável. Simultaneamente, ressaltando a diferença cultural que marca este Estado, tentarei colocar alguns questionamentos e algumas sugestões de gestão, visando a provocar o diálogo e a análise.

1- Tenho em consideração três vetores:

- O vetor da educação, que promove a inclusão dos indivíduos, identifica e preserva o patrimônio cultural, considerando o desenvolvimento sustentado;
- O vetor da mídia, que promove a informação e comunicação - na consideração dos fluxos midiáticos mundializados, observação às políticas culturais que atentem às questões locais, de regiões e segmentos sociais excluídos.
- O vetor econômico, que gera emprego e promove a sustentabilidade

Penso tais vetores sustentados em valores democráticos: respeito à diferença cultural, ao direito de oportunidade para todos (transparência), predomínio do valor cultural em relação às exigências do mercado.

2 - Partindo de tais vetores e valores, pergunto: Como pensar a cultura? Qual o peso da cultura para o desenvolvimento de uma comunidade? Qual o peso da cultura regional em relação ao território nacional? E em relação ao mundo?

Essas perguntas que podem direcionar o pensamento a um foco econômico, em verdade querem ressaltar o valor da cultura, por sua diferença.

Assim, ao pensar na relação entre cultura e política, evidentemente quero ultrapassar aquela visão econômica de cultura como uma frente de luta colocada a serviço das correlações de força; ultrapassar o pensamento imposto pelo jogo da competição. Preocupo-me com o empobrecimento aflitivo dos conteúdos culturais, a destruição de culturas singulares; portanto, considero cultura como o espaço das mediações, da dinâmica das identidades, da circulação de conhecimentos, da constituição dos sentidos, das percepções, enfim, da construção social da realidade.

Nesse raciocínio, como se comportará a gestão da cultura nos Estados brasileiros? A idéia será de continuidade histórica ou de construção de uma historicidade?

A política cultural a ser desenvolvida implicará uma verdade re-absolutizada pela gestão do Estado? Privilegiará as manifestações das tradições comunitárias que comemoram o passado com eventos, como o espetáculo ou a homenagem, como manifestações de resgate da memória histórica e de reconstituição dos nexos de sociabilidade?

Sim, considero a importância de uma política cultural que contemple um 'nós' reunificador de vivências; que busque restaurar a tradição através de imagens do passado que vai construindo laços de pertencimento e enraizamento comunitários. Mas pergunto: como ficará a sensibilidade ideológico-cultural das vozes dos grupos e das regiões excluídas? Por que em lugar de simplesmente restaurar versões de continuidade e de totalidade não considerar também o trabalho com histórias nunca terminadas ou nunca focadas, ou focadas de outra perspectiva da do poder?

Penso uma política pública que enfatize o ponto de vista local sobre a mundialização dos fluxos culturais. Em vez de se situar do lado da oferta ou da emissão de cultura globalizada, situe-se do lado da recepção localizada. Isto é, considere que o impacto dos

trabalhos culturais é extremamente variável, conforme a maneira como funcionam as instâncias mediadoras. Só um ponto de vista local - que restabelece o consumo cultural no contexto das atividades múltiplas e quotidianas de uma comunidade - é capaz de avaliar o seu impacto. Para não sermos vítimas da ilusão de ótica, é necessária a interação com as comunidades locais. Para não correremos o risco da estandardização da cultura, é preciso termos cuidado com o culto ao consumo e evitar os "nichos" de mercado.

Essas rápidas considerações querem defender a necessidade de políticas que contemplem o cidadão enquanto indivíduo atuante e enunciativo. Tornar a exclusão e marginalização em contribuição participativa. A proposição, portanto, é a de um deslocamento, de ultrapassagem do poder em representação - hegemônico e oficial -, para as representações do poder - integrado pelos vários segmentos de representatividade do cidadão. Tal representatividade, recorrendo a diferentes saberes que, a um tempo questione racionalizações totalizantes dos esquemas macro-sociais e, também, valorize uma noção de cultura que abarque a formação de memórias, a constituição de identidades e a representação cotidiana de sujeitos urdidos pelas interações simbólico-comunicativas. Ainda em atenção à ultrapassagem de uma postura de julgamento e de tratamento da cultura a partir de uma lógica quantitativa, que submete a cultura ao mercado.

Em contraposição à cultura de eventos, ou do "bom negócio", desenvolver políticas norteadas no princípio da gestão cultural democrática, desenvolvimento cultural sustentável, em consideração de cultura no seu sentido largo, antropológico. Pensar em formulação de políticas que contemplem uma gestão cultural democrática; projetos culturais para governos sustentáveis. Buscar indicadores culturais, valorizando e enriquecendo outros já existentes. Valorizar ações voltadas para a cidadania cultural, exclusão/ inclusão cultural, cultura da paz, caravanas culturais, interculturalidade, re-encantamento do mundo, poética do urbano, dentre outros; exemplo disso são os Fóruns Culturais ou, mesmo, discussões que vêm sendo desenvolvidas em vários estados do Brasil

e em âmbito internacional. Entendendo a cultura a partir de tal perspectiva, a idéia é de ênfase no planejamento participativo, que privilegie a cultura em relação a interesses econômicos, ouvindo os vários segmentos sociais, realizando uma ação interpretativa da cultura.

Nesse cenário, penso que a retomada de uma perspectiva crítica no exercício intelectual público deve privilegiar metas estratégicas para a renovação dos modos de produção, circulação e distribuição dos bens simbólicos, tornando-os mais compatíveis com o conjunto de necessidades e desejos inarticulados na sociedade.

3 - Daí, pensando em ações para um governo na área da cultura, é mister atentar para:

a - ação do Estado como indutor da cultura, mas em respeito a um planejamento participativo, onde haja a representatividade de segmentos sociais.

b - Políticas que considerem a inclusão social e a diferença, priorizando ações educativas.

c - consideração de espaços de mediações, como por exemplo, a cultura e o turismo, tendo em conta o perfil do Estado (e aqui ressalto a expressão - cultura e turismo - que quer corrigir a de 'turismo cultural', que insinua uma cultura preparada para o turista ver). Portanto, políticas que, embora considerando o mercado, não submetam a cultura ao mesmo.

d - revisão de políticas de financiamento da cultura através de renúncia fiscal, de forma a evitar as concentrações de determinadas regiões e o privilégio a determinadas classes.

e - criação de Fóruns Intermunicipais de Cultura, objetivando a democracia cultural e a democratização da cultura, a cidadania cultural e a legitimação da esfera pública da cultura; nesse sentido articular atores culturais e vários segmentos - grupos culturais, *ongs*, técnicos e gestores de governo, agentes e produtores culturais, artistas, pesquisadores e outros.

f - formas para garantir a continuidade do planejamento cultural em relação às mudanças

de gestão, induzindo a integração entre municípios, visando ao acesso da população a atividades e a otimização dos recursos - preservação do patrimônio cultural, utilização de equipamentos culturais, promoção de eventos e atividades (a exemplo de consórcios já implantados com sucesso em Campinas - SP, Belo Horizonte - MG, Curitiba - PR, região metropolitana, Brasília, por exemplo).

g - criação de Laboratório de Desenvolvimento Cultural Local, visando a identificar desafios apresentados nas políticas culturais desenvolvidas e gerar propostas para o desenvolvimento cultural do município, experimentar novos temas culturais de importância para a melhoria de vida dos cidadãos e novas metodologias de intervenção; relacionar políticas públicas específicas e identificar recursos e atores impulsionadores do desenvolvimento cultural.

h - instalação de um Conselho de Comunicação - representação de segmentos sociais visando à melhoria da comunicação, particularmente da TV .

Tais considerações, certamente estão relacionadas a um ideário norteador de ações. Mas o questionamento quer manifestar uma expectativa otimista e a pergunta é muito mais relacionada ao tipo da gestão dos dirigentes, ao jeito do caminhar...

Texto revisto pela autora. Anteriormente publicado no Jornal **A Tarde**, de 5 de janeiro de 2003. Caderno 02, p.6.